

## O TRABALHO SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL E O SETOR SUCROALCOOLEIRO NO NOROESTE DO PARANÁ: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

### UNDER LABOR AND INDUSTRY THE NEO-LIBERAL AEGIS SUGAR ALCOHOL IN NORTHWESTERN PARANÁ: A FEW WORDS

#### MÁRCIO ROBERTO GHIZZO

Doutor em Geografia e Professor da UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná,  
Campus Apucarana (PR)  
marcioghizzo@utfpr.edu.br

#### VITOR HUGO RIBEIRO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM - Universidade Estadual  
de Maringá e estágio no INRA-METAFORT de Clermont-Ferrand (França) / Bolsista PDSE.  
vitor.vhr@hotmail.com

**Resumo:** O mundo do trabalho passou, nas últimas décadas, por intensas transformações resultantes da introdução da técnica e da tecnologia em sua esfera de domínio. Este período, principalmente após os anos 1970, marcado pela globalização e produção pautada na acumulação flexível, é típica do neoliberalismo: modelo político-econômico que conheceu sua gênese ao longo do século XIX. Neste sentido, o presente artigo traz uma breve contextualização e considerações acerca da formação do liberalismo econômico e algumas de suas características, perfazendo brevemente sua história até a contemporaneidade, quando a tecnologia introduziu novas e profundas transformações nas relações de trabalho. Estas, por sua vez, trouxeram novas realidades para o trabalhador, impondo-lhe desafios que perpassam pela qualificação profissional. Exemplo dessas transformações é o que acontece na região noroeste do estado do Paraná, principalmente no setor sucroalcooleiro. Afinal, o trabalhador que antes via o corte da cana-de-açúcar como um dos únicos meios de sobrevivência, agora se depara com oportunidades de investimento em capital humano proporcionado pelas próprias usinas de cana-de-açúcar da região, que viabilizam cursos de formação que podem gerar mobilidade social ascendente para este estirpe da força de trabalho.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Trabalho. Noroeste do Paraná. Setor sucroalcooleiro.

**Abstract:** The world of work has undergone in recent decades into innumerable transformations resultant from the introduction of the technique and technology in their sphere of domain. This period, was marked by the globalization and the production, ruled in the flexible accumulation that is typical in the neo-liberalism: Political-economic model that met its genesis during the XIX century. In this sense, the article provides a brief background and considerations about the formation of economic liberalism and some of its features, briefly making its story until arriving into the contemporary times, when technology has introduced new and major changes in the employment relationship. These, in turn brought new realities to the worker by imposing them challenges that surpass by the professional qualification. It is what happens in the northwest region of the state of Paraná, especially in the sugarcane industry. After all, the worker who had seen before cutting the cane sugar as the unique mean of survival now are faced with opportunities of investments in the human capital provided by their own mills cane sugar from northwestern Paraná that enables training courses that are able to produce ascendant to this lineage of social working-force.

**Key-words:** Neoliberalism. Job. North West Paraná. Sugar Cane.

## INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo é marcado por transformações que ocorrem em todas as esferas da sociedade numa velocidade até então inimaginável. Produto principalmente das mudanças ocorridas no século passado, o entendimento das novas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais perpassam pela compreensão da história.

Neste sentido, o presente artigo traz à discussão considerações acerca do início da economia de mercado e, conseqüentemente, do liberalismo econômico, os quais estruturam as novas conjunturas vivenciadas na contemporaneidade. Somado a isto, relacionar aspectos das mudanças no mundo do trabalho com o setor sucroalcooleiro do norte do Paraná permitirá, entre outros, uma maior assimilação desta conjuntura.

As políticas neoliberais se inserem em todas as esferas do cotidiano capitalista, e todas as classes sociais são submissas à sua égide. Assim, dialogar as características deste modelo de organização sociopolítica permite entender melhor o mundo em que vivemos.

O presente trabalho está alicerçado em estudos teóricos pautados no materialismo histórico e as pesquisas de campo são do tipo qualitativa, nas quais a profundidade dos estudos de caso, das entrevistas e a correlação com dados secundários, são comprometidos com o rigor científico. Estas entrevistas foram realizadas com trabalhadores vinculados ao setor sucroalcooleiro do noroeste paranaense e correlacionadas com a teoria estudada, o que permitiu maior compreensão do fenômeno citado e as formas como se insere na vida das pessoas.

## A ECONOMIA DE MERCADO, O (NEO)LIBERALISMO E O MUNDO DO TRABALHO

O século XIX refletiu a eclosão da economia de mercado. Foi o século durante o qual o homem assumiu um “caráter econômico” e adquiriu uma postura “racional”, realizando seus atos econômicos num mercado de livre concorrência, com hábitos e estilos de vida voltados para o consumo de mercadorias. Neste processo, o próprio trabalho tornou-se uma mercadoria, mas uma mercadoria especial que, comprada e vendida, produz mais valia e torna-se produtora de valor.

Autores como Brunhoff (1991), Arrighi (1996) e Polanyi (2000) são unânimes em admitir que as estratégias de acumulação de capital de hoje tiveram sua gênese naquele século. Vale ressaltar que, no tocante a estas obras, os dois primeiros autores fazem menção e análise da teoria desenvolvida pelo terceiro.

Polanyi (2000) escreve que, no desenvolvimento da economia de mercado, a sociedade do século XIX manteve suas bases sobre um sistema de equilíbrio-de-poder, numa economia pautada no padrão-ouro, num mercado auto-regulável e num estado liberal. Embora para o autor a primeira tenha ruído, ele afirma ser imprescindível a compreensão deste período, afinal... “Sentimo-nos, pois, à vontade em lidar com as cenas do passado com o único objetivo de lançar luz sobre assuntos do presente” (POLANYI, 2000, p. 19).

O equilíbrio-de-poder supracitado implicava na relação entre a paz militar e o mercado, pois Polanyi remete o fim do seu primeiro período à eclosão da Primeira Grande Guerra, em 1914. Neste sentido, durante o espaço de tempo em que se desenvolveu a sociedade de mercado, duas ou três potências atuavam com o intuito de manter a paz e, implícito neste processo, assegurar o progresso e a liberdade econômica no continente europeu.

Para tanto, procuraram manter a independência dos estados-nações, pois as negociações pacíficas eram de interesse universal. Releva-se o fato de que o objetivo era a paz entre as nações e não necessariamente a liberdade. Por esta razão apoiava a paz quem dela se beneficiasse e este estado foi mantido muitas vezes pela coerção. Afinal, uma guerra entre potências seria catastrófica para o sistema que se instaurava.

Há de salientar que eram o crédito e a moeda que regulavam a vida econômica dos países, no que se inseriam os orçamentos, os armamentos e o comércio. O padrão-ouro também foi outra base para a economia de mercado. Polanyi destaca que a existência do padrão-ouro foi essencial para o funcionamento do sistema, e foi por meio desta moeda que as potências européias pressionaram os países menores e devedores, o que gerou um modelo uniforme de modo que, no final daquele século, financeiramente a população mundial estava padronizada.

De um modo geral, as condições sociais do século XIX, principalmente no seu início, eram de uma verdadeira degradação humana. Os proprietários dos meios de produção acreditavam que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com uma quantidade ilimitada de bens materiais. Entretanto, para uma significativa parcela da população, nem todas as inovações foram sinônimos de melhorias sociais, pois a revolução materialista significou progresso para uns e retrocesso para outros. Observe no quadro 01 importantes implicações que foram instauradas a partir da Revolução Industrial e que afetaram o sistema social.

Quadro 01 – Importantes implicações para o sistema social implementadas pela economia de mercado

- Como as máquinas são dispendiosas, elas somente são rentáveis quando produzem mercadorias em grande quantidade. Elas só podem trabalhar se a saída de mercadorias for razoavelmente garantida e se a produção não for interrompida. Assim, a produção através das máquinas torna-se demasiado arriscada para ser empreendida, pois o mercador empata seu dinheiro, enquanto a comunidade depende dela para conseguir renda, emprego e demais provisões;
- Numa sociedade agrícola, para que se instalasse a economia de mercado, condições precisariam ser criadas. A transformação implicava a motivação do lucro em substituição da motivação da subsistência. Todas as transações se transformaram em transações monetárias e estas exigiram a introdução do dinheiro. Todas as rendas deveriam derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que fosse a fonte de renda, deveria ser vista como resultado de uma venda. Mas a peculiaridade mais surpreendente era que tal economia tinha que funcionar sem interferências externas. O mercador tinha que auferir seus lucros no mercado e os preços deveriam ter a liberdade de se auto-regularem. É o que se quer dizer com economia de mercado;
- A transformação da economia é completa devido às alterações ocorridas em termos de crescimento contínuo e desenvolvimento. Nas atividades do mercador-produtor, suas vendas eram de artefatos e, se ele tivesse ou não sucesso em encontrar compradores, a sociedade como um todo não seria afetada. Mas na economia de mercado o que ele compra são matérias-primas e trabalho – natureza e homem. Na verdade, a produção de máquinas nesta sociedade envolve uma transformação que é a da substância natural e humana numa sociedade em mercadorias, e isto deverá servir para os próprios propósitos do sistema.

Fonte: POLANYI, K., 2000; Adaptado pelos Autores, 2014.

No bojo deste processo, o sistema de mercado assumiu o perfil autorregulável. Tratou-se de uma forma nunca antes experimentada pelas sociedades, cujos comportamentos socioeconômicos basearam-se num único objetivo: o lucro. Nesta dinâmica, a economia passou a ser regulada e controlada pelo próprio mercado.

O sistema de mercado funcionou sem grandes pressões externas e através de sua autorregulação constituiu-se a política econômica denominada “liberalismo econômico”. Foi no início do século XIX que este liberalismo econômico ascendeu e o *laissez-faire* se consolidou, tendo como base três dogmas: o trabalho, o dinheiro e o livre intercâmbio de bens e serviços.

Foi nos anos 1820 que ele passou a representar os três dogmas clássicos: o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria sujeitar-se a um mecanismo automático, os bens deveriam ser livres para fluir de país a país, sem empecilhos ou privilégios. Em resumo, um mercado de trabalho, o padrão-ouro e o livre-comércio. (POLANYI, 2000, p. 166).

Através do liberalismo, o Estado minimizou sua intervenção no mercado, pois este passou a estabelecer suas próprias leis, baseadas na oferta e na procura. A política do *laissez-*

*faire* implicou nas relações entre proprietários dos meios de produção e proletários, além das relações de troca, ou seja, compra e venda de mercadorias, entre elas, a força de trabalho.

O indivíduo trabalhador era livre e aceitava, ou não, a oportunidade de trabalhar. Os economistas do século XIX afirmavam que se o mercado de trabalho fosse livre e isento da intervenção dos legisladores, uma possível demanda por trabalho em qualquer espacialidade que surgisse, levaria a sua própria oferta de modo a satisfazê-la em certo espaço de tempo. Não apenas a quantidade, mas também o preço desejado pelo mercado proporcionariam um excedente de mão-de-obra tal que, diante de dada concorrência pelo emprego, a mercadoria-trabalho possivelmente teria seu preço ajustado.

Com o *laissez-faire*, os negócios tiveram a liberdade de ajustar os seus preços de comercialização. Segundo Brunhoff (1991), um dos fundamentos teóricos do *laissez-faire* foi a Lei de Say – formalizada por um economista francês do início do século XIX – o qual afirmou que a oferta criava a sua própria demanda. Portanto, não poderia haver superprodução geral ou mesmo crises, mas apenas desequilíbrios locais e passageiros e as “flutuações” econômicas de curto prazo se compensariam naturalmente.

Neste sentido, seria impossível uma crise geral numa economia de mercado. Mas é imprescindível compreender que tais movimentos dos ciclos são como que pendulares, temporários e, portanto, suscetíveis à mudança.

Na prática, esta liberdade que habitou em ambos os lados da esfera da produção condicionou o mercado autorregulável. Na lógica deste, o liberalismo econômico foi o responsável pela organização da sociedade com um mercado eficiente economicamente e sem entraves externos, artificiais ou ainda a intervenção do Estado. Afinal, neste sistema,

o mercado é que deve emitir sinais de preços, que refletem os ajustamentos da oferta e da demanda. As perturbações que podem afetá-lo seriam mais cedo ou mais tarde neutralizadas pelos seus próprios efeitos. Assim, um produto caro demais ou abundante demais não vende e a oferta deve adaptar-se. Não há crise, mas somente flutuações passageiras que se compensam a longo prazo, onde prevalece o equilíbrio (BRUNHOFF, 1991, p. 19).

Cabe salientar que a grande impulsionadora da eclosão da economia de mercado autorregulável foi a maquinização; uma influência altamente artificial e de racionalidade técnica que provocou profundas alterações nas relações sociais dos indivíduos.

Na economia de mercado os homens assumiram um comportamento através do qual procuravam atingir o máximo de ganhos possíveis e o sistema pressupunha mercados nos

quais o fornecimento de bens e/ou serviços definido pela autorregulação igualaria a demanda por um preço comum.

Na autorregulação, toda a produção seria destinada para o mercado e, por isso, na lógica da economia de mercado, este sistema sempre encontrou sua auto-regulação, pois implicava os elementos essenciais da produção supracitados, a saber: o trabalho, a terra e o dinheiro. Estas mercadorias faziam-se essenciais para a otimização da economia, pois tais mercadorias tinham que estar à venda. Isto foi uma exigência para o sistema de mercado e a sociedade humana se tornou um acessório do sistema econômico, pois, em toda esta relação, a sociedade se reorganizou para atender tal demanda. Destas mercadorias, o trabalho foi crucial e preponderante para a consolidação da economia de mercado.

O sistema de mercado efetivamente começou a funcionar quando a mercadoria força de trabalho passou a ser comercializada pelo salário, inclusive com o seu portador, o homem, submetendo-se à mobilidade física segundo especificidades do mercado. A terra, na forma de natureza, matéria-prima e de próprio uso, também foi colocada à venda. Havia mercado para estas mercadorias e os níveis de preços foram regulados pela oferta e procura. A força de trabalho como mercadoria à venda gerou fluidez no mercado, consolidando o papel da terceira e indispensável mercadoria: o dinheiro.

Durante séculos, a estrutura de mercado não apareceu no seio das sociedades porque o papel das mercadorias ficou restrito muito mais ao uso do que às trocas. Este papel só foi profundamente alterado quando houve transformações nas relações de trabalho e o uso das máquinas deixou de ser o de uma mera ferramenta auxiliar de trabalho para ocupar a função principal na produção. Com a maquinização ocorreu um significativo aumento na produtividade, refletindo num considerável aumento do valor da mais-valia relativa apropriada pelos proprietários capitalistas.

Se a economia de mercado foi estimulada pela maquinização, esta economia também só será plausível de entendimento quando se compreender os principais impactos que tal fenômeno causou naquele momento e reflete, hoje, nas relações de trabalho da sociedade contemporânea.

Não foi o aparecimento da máquina em si, mas a invenção das maquinarias e fábricas complicadas, e, portanto, especializadas que mudou completamente a relação do mercador com a produção. A utilização de maquinarias e fábricas especializadas implicou o desenvolvimento do sistema fabril e, com ele, ocorreu uma alteração decisiva na importância relativa do comércio e da indústria, em favor desta última. (POLANYI, 2000, p. 96).

Portanto, as máquinas foram decisivas na consolidação da economia de mercado e sua autorregulação. Com isso, o liberalismo econômico recebeu inspiração e, a partir daquele momento, num país após o outro, a economia de mercado passou a envolver a maioria das atividades econômicas. A ofensiva capitalista encontrou sua força motriz nas transformações das estruturas de produção, seguida da aniquilação das barreiras institucionais e motivada pela livre concorrência.

Estas transformações nas estruturas de produção explicaram a maior produtividade e o conseqüente barateamento das mercadorias, entre elas, a força de trabalho. Foi “uma era de transformação técnica que aumentava com rapidez a produtividade do trabalho e testemunhou também um aumento natural anormalmente rápido nas fileiras do proletariado...” (DOBB, 1983, p. 184).

Com as máquinas, significativas e imprescindíveis mudanças foram introduzidas pelas novas invenções, e estas alterações proporcionaram uma maior produtividade e, conseqüentemente, maiores lucros, através da produção e apropriação da mais-valia relativa.

Naquela época existiu a preocupação de que, através da autorregulação, a maior produtividade poderia afetar o valor da força de trabalho. Polanyi (2000) ressalta que, mesmo considerando a economia de mercado autorregulável, não necessariamente a maior produtividade e o barateamento das mercadorias resultam na queda do valor da força de trabalho. Isto depende de uma dimensão temporo-espacial, ou seja, do estado do mercado de trabalho em certo momento e lugar. Na lógica marxista, o valor da força de trabalho tende a diminuir quando houver uma maior disponibilidade, um exército de reserva que satisfaça as expectativas do capitalista empregador. Esta classe possui, nas relações de trabalho pautadas na maquinização, um grande desafio, pois as condições de exploração de trabalho tornaram-se exacerbadas. Afinal, “a classe trabalhadora defronta-se com o capital como classe explorada na produção e criadora de todos os valores, mesmo dos valores que são a fonte de todas as formas de lucro e excedente social...” (HAUG, 1997, p. 149).

Portanto, é importante salientar que as transformações nas estruturas das relações de produção do século XIX introduziram inovações nos papéis desenvolvidos pelos trabalhadores: produtores e reprodutores de capital.

Estas transformações trouxeram sérias e graves conseqüências para este estrato social. O caráter opressivo do trabalhador se diluiu, pois desproveu-se de sua subjetividade no momento em que aumentou a Divisão Social do Trabalho, assumindo uma postura alienada e, mais uma vez, foi explorado através de uma “fachada de racionalidade” (SEVERIANO, 1999).

Ocorreu que no período de transição feudalismo/capitalismo, os trabalhadores lutavam em favor do segundo sistema, representado pelos burgueses, mesmo que depois estes lhes roubassem, como roubaram, os “frutos da vitória”. Mas os trabalhadores foram se organizando e adquirindo consciência de classe, e requereram segurança e melhores condições de trabalho, o que levou à uma “ruptura” do mercado pela força de trabalho, pois, este, só poderia cumprir seu papel se os salários resguardassem o caráter humano da mercadoria-trabalho.

Arrighi (1996) ressalva que a força de trabalho não poderia ser utilizada indiscriminadamente pelos detentores do capital sem que afetasse o indivíduo humano. Os homens despojados e socialmente expostos pereceriam indubitavelmente. O autor lembra ainda que, nem mesmo por um curto espaço de tempo, uma sociedade poderia suportar os efeitos de tamanha exploração e, desta forma, a essência humana necessitou de proteção daquilo a que Polanyi chamou “moinho satânico”.

Das duas últimas décadas daquele século, até o início do século passado, o trabalho, a terra e o dinheiro, pilares da economia de mercado, foram encontrados de forma redundante, o que resultou numa autorregulação imperfeita do mercado. Na autorregulação perfeita, estes três elementos foram objetos de um livre mercado estável, mas quando o funcionamento deste mercado ameaçou a sociedade, houve a necessidade de uma interferência externa. No final do século XIX, as fronteiras abertas geraram excedente das duas primeiras mercadorias. Como a força de trabalho de baixo capital humano já não podia mais ser substituída de forma regulada, devido à incessante migração europeia e ao fato de que os trabalhadores de alto nível não eram capazes de ocupar as terras, esta mercadoria necessitou de forças externas para seu controle. Os sindicatos e as tarifas aduaneiras protetoras para assegurar o pagamento da folha de vencimentos geraram a “...proteção do solo e dos seus cultivadores, seguro social para a mão-de-obra através do sindicalismo e da legislação...” (POLANYI, 2000, p. 238).

Diante disso, o setor econômico não mais atendeu às exigências da autorregulação e, como último recurso, a autorregulação-imperfeita levou a uma intervenção política para manter o equilíbrio da economia mundial. As grandes potências europeias encontraram, nas ameaças de guerra, uma alternativa para obrigar os pagamentos externos e impedir grandes perdas, situação típica do início do século XX. Este momento foi o fim da primeira fase da economia de mercado sob a égide liberal.

O fim da sociedade de mercado deveu-se à perda da autorregulação. A desintegração deste sistema originou novos modos de organização das sociedades e os mercados continuaram e continuarão a existir de diversas formas, funcionando conforme a demanda e



recebendo influências diretas dos detentores dos meios de produção. Sabe-se que o desenvolvimento tecnológico modifica as relações de trabalho de um sistema produtivo e, com a maquinização, o trabalhador teve à sua frente um novo desafio.

Desde a Primeira Guerra Mundial, até a década de 1960 (embora em muitos países em momentos posteriores), o sistema econômico ficou pautado no fordismo e políticas keynesianistas, nas quais, respectivamente, produzia-se em massa e para a massa, e o Estado intervinha na economia dos países.

Este modelo conheceu sua decadência em meados dos anos 1960 e, se antes (1929) aconteceu uma crise do capitalismo ocasionada pela demanda, o que se verificou naqueles anos foi uma crise marcada pela rigidez do fordismo. Houve uma saturação dos mercados com demanda insuficiente diante da produção padronizada e sem inovações de segmentos.

As crises são consequências de inovações tecnológicas que trazem para o sistema de produção novos ritmos de reprodução do capital. Por isso, desde meados da década de 1960, conheceu-se mais um período de transição, acompanhado de mudanças nas relações de trabalho. As demandas exigiram novas técnicas reconhecidas como “acumulação flexível” que proporcionaram mudanças nas relações de produção e de trabalho. Este modelo busca reduzir custos de produção (diminuindo, por exemplo, a garantia de emprego e revisão salarial), reorganizando o trabalho. Porém, com a flexibilização da produção, houve uma “banalização” da força de trabalho, requerendo trabalhadores plurifuncionais e criando novos setores de produção, inovações tecnológicas e crescimento da terceirização.

Diante da dinâmica instaurada, o Estado e suas interferências foram paulatinamente retirados de cena. O Estado estava intervindo demais e necessitava de uma maior regulação por parte do próprio mercado, novamente uma autorregulação, e o centro das discussões econômicas passou a ser favorável à regulamentação da economia pelo mercado. Este novo momento da economia mundial foi denominado neoliberalismo e é reconhecido como uma “segunda fase” daquela economia de mercado típica do século XIX (BRUNHOFF, 1991).

O quadro 02 demonstra algumas mudanças que aconteceram com a transição do fordismo para a acumulação flexível e se fazem presente na atualidade.

Na maioria dos países a emergência da acumulação flexível resultou na substituição do Estado Assistencialista pelo Estado Neoliberal. Therborn entende que “o liberalismo é uma super-estrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo” (THERBORN, 1998, p. 39). Para ele o que aconteceu foi uma virada no desenvolvimento das forças produtivas rumo a uma ordem mais privada, expressa numa

relação entre empresas e Estado. Este autor realizou uma breve análise esquematizada segundo a lógica da economia de mercado, representada no quadro 03.

Quadro 02: Algumas diferenças entre o fordismo e a acumulação flexível

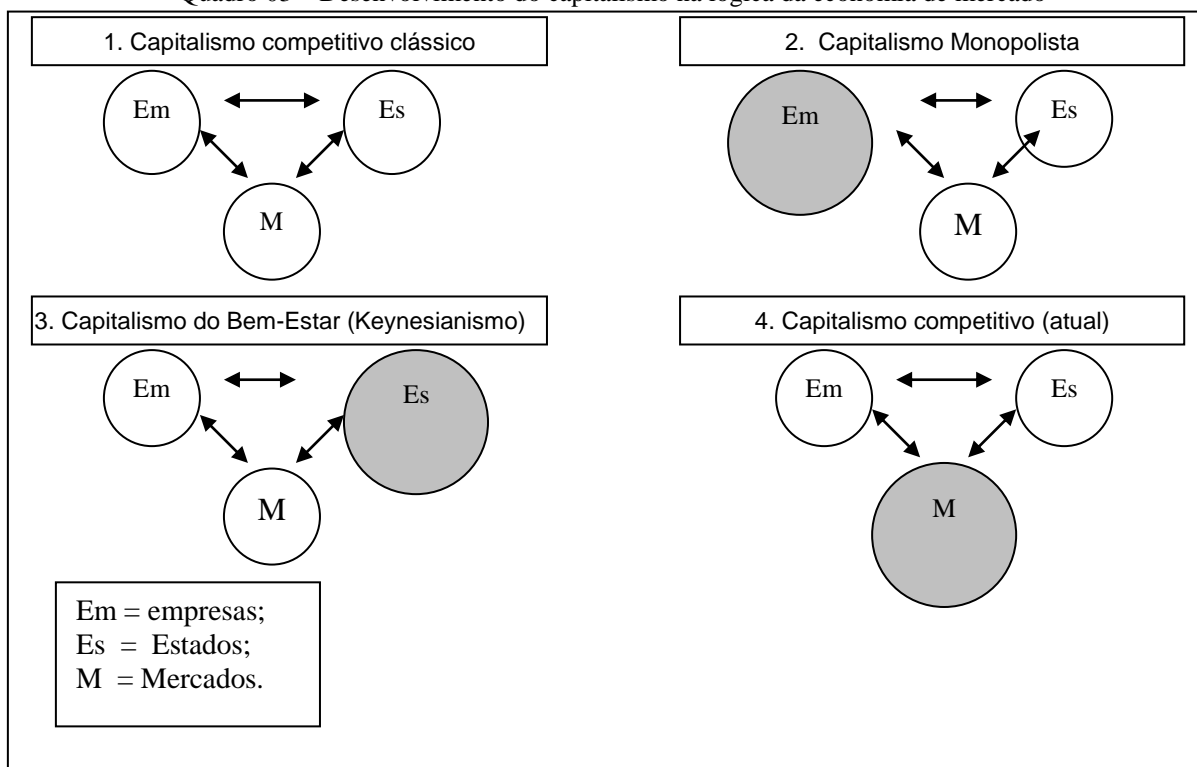
<b>Produção fordista</b>	<b>Acumulação flexível</b>
<i>O PROCESSO DE PRODUÇÃO</i>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- produção em massa e homogênea;</li> <li>- uniformidade e padronização;</li> <li>- grandes estoques;</li> <li>- sem grande controle de qualidade;</li> <li>- voltada para os recursos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- produção em pequenos lotes;</li> <li>- produção flexível / variedade de produtos;</li> <li>- sem estoques;</li> <li>- alto controle de qualidade;</li> <li>- voltada para a demanda.</li> </ul>
<i>O TRABALHO</i>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- trabalhador realiza uma única tarefa;</li> <li>- alto grau de especialização;</li> <li>- pouco/nenhum treinamento no trabalho;</li> <li>- mínima responsabilidade do trabalhador.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- trabalhador realiza múltiplas tarefas;</li> <li>- eliminação da demarcação de tarefas;</li> <li>- longo treinamento no trabalho;</li> <li>- co-responsabilidade do trabalhador.</li> </ul>
<i>O ESTADO</i>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- papel regulamentador;</li> <li>- extrema rigidez;</li> <li>- centralização;</li> <li>- subsidiador.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- desregulamentador;</li> <li>- flexibilidade;</li> <li>- descentralização;</li> <li>- empreendedor.</li> </ul>
<i>A IDEOLOGIA</i>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- consumo de massa de bens duráveis;</li> <li>- modernismo;</li> <li>- socialização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- consumo individualizado - bens efêmeros</li> <li>- pós-modernismo;</li> <li>- individualização.</li> </ul>

Fonte: HARVEY, D., 1993; Adaptado pelos Autores, 2014.

O primeiro modelo representa a economia autorregulável do século XIX e o segundo refere-se à primeira metade do século passado, quando grandes empresas surgiram, originando os monopólios e cartéis. A terceira representação é típica do capitalismo pós Segunda Grande Guerra e a quarta representação, do neoliberalismo, quando o mercado retomou suas forças com a flexibilização da produção e inovações tecnológicas.

Estas transformações desencadearam no mundo do trabalho mudanças nas relações até então existentes. A introdução de novas tecnologias trouxe desafios para a classe trabalhadora que, agora, precisa buscar espaço de participação por meio de uma maior e melhor qualificação. É fato que os trabalhadores ainda dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviverem. Porém, as novas conjunturas demandam por outro perfil desta força de trabalho, a saber, uma força de trabalho mais intelectualizada em praticamente todos os setores produtivos.

Quadro 03 – Desenvolvimento do capitalismo na lógica da economia de mercado



Fonte: THERBORN, G., 1998; Adaptado pelos Autores, 2014.

Neste contexto, várias funções do setor produtivo deixaram de existir. Porém, concomitantemente, outras foram criadas, mas demandando maior qualificação. Assim, muitas empresas têm oferecido oportunidades de seus funcionários se prepararem no intuito de manterem-lhes empregados. Exemplo é o que acontece com o setor sucroalcooleiro no noroeste do Paraná, pois, com a introdução do corte de cana mecanizado, diminui-se a demanda pela força de trabalho manual. Entretanto, as usinas de cana-de-açúcar têm oferecido cursos de capacitação para os cortadores, como uma forma de inseri-los na nova realidade tecnológica.

Assim, a flexibilização da produção ocorre em todos os setores produtivos, mas conforme especificidades de cada um, a exemplo do setor sucroalcooleiro. Este, flexibiliza as relações de trabalho e as formas de lidar com a força de trabalho e, não necessariamente, no produto final, embora, na contemporaneidade, possua melhor qualidade se comparado com o período anterior, fruto da inserção da tecnologia no processo produtivo.

### REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS REFLEXOS NO NOROESTE DO PARANÁ: O SETOR SUCROALCOOLEIRO

No que tange aos principais tipos de transformações no mundo do trabalho sob a égide neoliberal, há de se considerar a região Noroeste do estado do Paraná, principalmente

no setor sucroalcooleiro. No setor agrícola da região, o trabalhador que antes via o corte da cana-de-açúcar como um dos únicos meios de sobrevivência, agora se depara com oportunidades de investimento em capital humano proporcionado, muitas vezes, pelas próprias usinas de cana-de-açúcar da região, as quais viabilizam cursos de formação que podem gerar mobilidade do trabalho e mobilidade social ascendente para este estirpe da força de trabalho.

Para compreender o que vem acontecendo no território paranaense nas últimas décadas, com a ascensão de um novo perfil industrial que inova suas formas de produção e atrai força de trabalho, é necessário saber que esse processo está concomitantemente articulado às relações políticas e econômicas de âmbito nacional e mundial, remodelado pelo processo de reestruturação produtiva do capitalismo. O capital, na sua forma de investimentos em setores produtivos, vem desencadeando intensas mudanças no Estado paranaense, sobretudo no mundo do trabalho.

Se anteriormente à reestruturação produtiva do capital a economia paranaense funcionava de maneira periférica em relação ao Estado de São Paulo (PADIS, 1981), posteriormente, com a descentralização do parque industrial paulista, a indústria paranaense – pautada na agricultura – adquiriu outra dinâmica, adentrando ao processo de internacionalização, e toda aquela forma de produzir, sobretudo no meio rural, modificou-se e transformou-se em novos papéis e significados (ENDLICH, 2009).

O setor agroindustrial paranaense, até meados da década de 1950, se mostrava bastante estagnado. O café foi a principal atividade econômica que proporcionou ganhos e acumulação de capital que foram reinvestidos à outros setores industriais. Neste processo de reestruturação, diversos órgãos Estaduais, como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES) e Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), dentre outros, trabalharam para incentivar a criação desse novo perfil industrial no Estado, bem como na construção de toda uma logística de infraestrutura para a integração do Estado à economia nacional (TRINTIN, 2006).

A internacionalização da economia brasileira atingiu de forma significativa o setor agrícola que, por sua vez, passou a incorporar o modelo de exploração capitalista, inserindo-o na lógica do modelo hegemônico neoliberal. Os avanços das atividades agroindustriais no Estado do Paraná permitiram uma integração maior no conjunto da economia nacional e mundial.

As agroindústrias no Estado do Paraná adquiriram certa importância no processo de modernização da agricultura, levando os produtores e demais agentes do agronegócio a

adquirirem rapidamente as inovações tecnológicas, sobretudo aos pacotes tecnológicos da soja e da cana de açúcar. Para tanto, essas inovações foram estimuladas pelo poder público que concedeu [...] *crédito a longo prazo para a instalação de infra-estrutura (silos, escritórios, armazéns, etc.) e do tratamento preferencial na consecução de políticas agrícolas* (HESPANHOL ; COSTA, 1995, p.374).

Se em outrora a cafeicultura se baseava numa forma de produção que mantinha o trabalhador rural e sua família no campo, com a entrada da soja e dos demais cultivos propícios à mecanização, toda essa forma de produzir pautada na agricultura familiar foi modificada. O avanço da soja, de acordo com Trintin (2006) se confunde com o processo de reestruturação produtiva no Estado do Paraná.

A soja adquiriu essa importância no processo de reestruturação produtiva, devido a essa cultura possuir certas inovações, como sementes selecionadas, bem como um processo mecanizado de produção desde o plantio à colheita, além de aliar os interesses das agroindústrias em impulsionar o cultivo, processar e exportar a produção (DELGADO, 1985).

Porém, outro segmento agroindustrial que merece destaque e forma o escopo deste trabalho é o sucroalcooleiro. O avanço do setor canavieiro no Paraná, especialmente no Norte do Estado, está vinculado ao contexto da crise mundial do petróleo na década de 1970, período em que foi criado oficialmente o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). O principal objetivo desse programa foi produzir álcool combustível para ser usado em veículos automotores. Desde então, o Brasil emergiu no cenário econômico mundial como um dos principais produtores de álcool combustível e também de açúcar (ENDLICH, 2009).

O Estado do Paraná tem aumentado de maneira expressiva a área de cultivo de cana-de-açúcar na última década, (Tabela 01) principalmente na Mesorregião Noroeste, localidade onde predomina solos arenosos não propícios à monocultura da soja, mas ideal para o plantio da cana-de-açúcar.

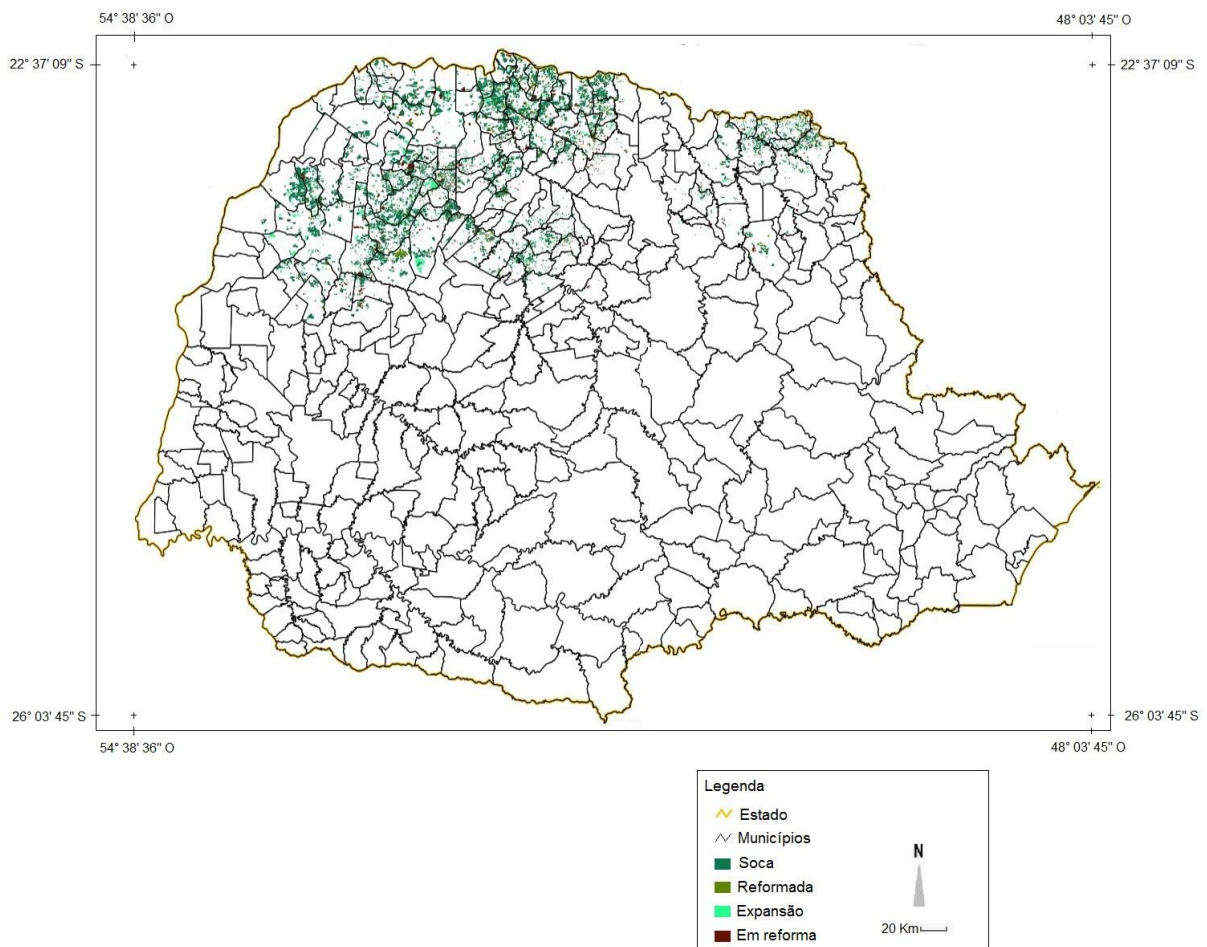
A Figura 1 apresenta a distribuição da gramínea no espaço geográfico paranaense. Pode-se perceber que a lavoura predomina quase que exclusivamente no norte do Estado. Em função das características climáticas, somado às formas do relevo e dos tipos solos, o Norte paranaense proporcionou o cultivo da cana-de-açúcar, e é também nesta localidade onde predomina a quase totalidade das unidades de produção que movimenta a economia sucroalcooleira.

Tabela 1 – Paraná, Evolução da Área e da Produção Canavieira, 2000/2012.

Safr	Área	
	Plantada (Hectares)	Quantidade Produzida (Toneladas)
2000	327.165	23.191.970
2001	338.013	27.423.873
2002	358.874	28.083.023
2003	373.839	31.925.805
2004	399.527	32.642.730
2005	404.520	29.717.100
2006	432.815	33.917.335
2007	538.931	45.887.548
2008	594.585	51.244.227
2009	595.371	53.831.791
2010	625.885	48.361.207
2011	641.765	44.907.862
2012	655.509	47.940.989

Fonte; IBGE, 2014. Organizado pelos autores, 2014.

Figura 01- Distribuição da Lavoura canavieira no Estado do Paraná, 2013.



Fonte: CANASAT, 2014. Elaboração: RIBEIRO, 2014.

Em especial, é no Noroeste Paranaense onde encontramos a maior concentração de cana-de-açúcar no Paraná com aproximadamente 335.382 hectares destinados à lavoura de acordo com IBGE (2012), e também a localidade onde desencadeia os conflitos pelos arrendamentos por parte de outros agentes do agronegócio na mesorregião em questão. Empresários ligados ao ramo da mandiocultura travaram nos anos de 2008/09 uma série de disputas contra o setor sucroalcooleiro que expandia a sua produção nas áreas destinadas à mandioca (RIBEIRO, 2011).

A expansão da cana-de-açúcar no Paraná, articulada com o processo de reestruturação produtiva, desencadeou também uma intensa mobilidade da força de trabalho em municípios periféricos que são contemplados com unidades de produção do ramo sucroalcooleiro.

Num contexto geral, o processo de reestruturação produtiva do capital, desencadeado após os anos 1970, enfraqueceu e fragmentou as entidades sindicais e outras organizações de classes (HARVEY, 1993). No âmbito empresarial, as próprias empresas passaram a fornecer assistência social aos trabalhadores, sendo que outrora estas conquistas eram articuladas pelas entidades sindicais, garantindo integridade e interesses do referido grupo social.

Atualmente, no Estado do Paraná, as unidades do ramo sucroalcooleiro provêm diversos programas assistencialistas aos trabalhadores, como convênios médicos, odontológicos, farmacêuticos e ortopedistas, dentre outros auxílios sociais, veiculados na região pela Associação de Fornecedores e Plantadores de Cana do Parapanema (CANAPAR). O setor também incentiva a mobilidade social no que concerne aos trabalhadores rurais. As unidades de produção oferecem cursos profissionalizantes e de capacitação, visando a formação e qualificação profissional para aqueles trabalhadores que pretendem deixar o trabalho de corte manual, para inserirem-se à outros serviços dentro das unidades de produção, ou mesmo no campo, na condição de fiscal de cortadores ou motoristas, por exemplo.

Estas iniciativas são consequência das novas demandas que o modelo produtivo impõe para o setor sucroalcooleiro, exigindo dinamização e maior produtividade. Somado a isso, cada vez é menor o número de trabalhadores que se inserem no ramo. Assim, as empresas buscam formas de incentivar, aqueles que estão no setor a continuarem na atividade, mesmo que isso lhes custem oferecer estes serviços e oportunidades aos trabalhadores e suas famílias.

Com a incorporação da tecnologia no campo, na atualidade os trabalhadores necessitam de certa formação específica para adaptar às novas demandas e, assim, as próprias unidades têm-se responsabilizado por essa formação.

Esses planos assistenciais, além da garantir a mão-de-obra e a mais-valia para o capital sucroalcooleiro, também vêm contribuindo, mesmo que timidamente, com a mobilidade social de cortadores de cana-de-açúcar. Afinal, de acordo com entrevistas realizadas com trabalhadores do município de São Tomé (PR), os mesmos relataram que esses planos os fizeram economizar dinheiro e, com isso, realizaram outros investimentos, como a educação dos filhos e a compra de produtos eletroeletrônicos para as suas casas. A seguir, tem-se o relato de um trabalhador:

*[...] a cana tem médico, tem planos de saúde né. Tudo isso que antes eu não tinha. Remédio, consulta, hoje em dia pra gente que trabalha na roça, é difícil ter né, pagar. Já fui aqui em Cianorte consultar. Já com o dinheirinho que agente ia gastar na saúde, já fazemos outra coisa né. Compramos alguma coisa que precisamos na casa da gente, um móveis, os estudos dos meninos. Antes quando eu trabalhava de diarista, nossa, era complicado heim [...]* (Cortador de cana, 48 anos).

Quando perguntado sobre os principais bens adquiridos com o dinheiro da lavoura, o mesmo continua:

*Televisão, geladeira, fogão. Eu consegui trocar tudo né. Comprei novo agora. Com prestação né. Tenho um carrinho também, um Gol. O carro eu mais a minha esposa que comprou [...]* A minha esposa trabalha na costura, na facção aqui mesmo da patroa dela [...]

*Também ajudei o meu filho nos estudos, lá em Umuarama. Ele fez o Curso de Segurança no Trabalho, e hoje trabalha dentro da usina, aqui de Tomé mesmo [...]* Eu sempre falo pros meninos né, estudar e fazer faculdade. Hoje tem tanta faculdade, escola né. Aqui em Cianorte tem a UEM, o câmpus. Em Gaúcha tem UEM também. Então eles precisam mesmo aproveitar, porque o serviço aqui na roça é difícil. E hoje pra eles que tem oportunidade, é mais fácil do que no meu tempo. Hoje melhorou muito as coisas (Cortador de cana, 48 anos).

O trabalhador ao se referir à assistência hospitalar atendida, informou que se estivesse em outras atividades trabalhando de diarista não teria esse atendimento. Geralmente quem presta esse serviço para as Unidades de Produção é a CANAPAR, que tem por objetivo amparar seus associados (no caso as Unidade de Produção) na assistência social na área médica, farmacêutica, odontológica e auxílio social.

Outro relato interessante é de uma cortadora de cana que afirma, hoje, ter conseguido comprar sua casa, uma televisão à cores e até mesmo uma motocicleta, que ainda está pagando. Isto demonstra que o setor tem privilegiado melhores condições de trabalho para os trabalhadores, pois, caso contrário, perderá esta força de trabalho para outros setores produtivos.



Nestes relatos podemos, mais uma vez, perceber que a atividade canavieira, através de suas associações, ainda atrai a mão-de-obra, pois esses planos hospitalares e demais assistências levam o trabalhador volante ao corte de cana. As demais atividades como a mandioca e a laranja, dentre outras, acabam, muitas vezes, necessitando de força de trabalho, mas, sem oferecer melhores condições, permanece sem privilégio perante a escolha dos trabalhadores rurais.

Assim, os trabalhadores do setor sucroalcooleiro despendem os recursos antes investidos na saúde, agora em outros setores como o comércio e a educação, corroborando a dinamização da economia urbana. É possível perceber que diversas atividades econômicas acabam lucrando com os programas assistenciais destinados ao trabalhador rural do capital sucroalcooleiro, o que acaba movimentando cidades demograficamente pequenas, como é o caso de São Tomé (5.595 habitantes – IBGE, 2010).

Ainda, de acordo com as entrevistas, na maioria das vezes o setor canavieiro emprega não apenas o chefe de família, mas também os demais membros. O filho do entrevistado, mencionado, por exemplo, terminou o Ensino Médio e fez o Curso Técnico em Segurança do Trabalho em Umuarama, que é uma área no mercado de trabalho que o setor sucroalcooleiro tem demanda devido à periculosidade do trabalho.

Os pequenos municípios que pautam sua economia no setor agropecuário e possuem a cana de açúcar como destaque, localizados no noroeste do Estado do Paraná, normalmente não dispõem de muitas opções de emprego, e este setor acaba sendo o principal responsável pelas ofertas de trabalho, além também de proporcionar relativa mobilidade social e intergeracional. Percebe-se, no exemplo de algumas famílias, que os filhos estão se qualificando e tornando-se operários nas usinas, de modo que o corte da cana-de-açúcar não faz parte dos planos dos mesmos.

Este tipo de ação que as usinas de cana de açúcar vêm desempenhando junto aos trabalhadores possui uma conotação dúbia. Afinal, ao mesmo tempo em que transmitem a sensação de estarem oferecendo oportunidades para a classe de trabalhadores, proporcionando condições de mobilidade social ascendente, estas ações vêm preencher uma lacuna existente no mercado de trabalho que exige mão de obra qualificada. Assim, trabalhadores que estão sendo, ou foram substituídos pela mecanização, assumem novas funções, garantindo produtividade e rentabilidade para o empresariado do setor sucroalcooleiro.

A entrevista transcrita abaixo retrata este tipo de mobilidade do trabalhador:

*Antes eu trabalhava no corte de cana. Era mais difícil, e a gente corria o risco de se machucar, além de ganhar menos. Depois a usina ofereceu um curso de motorista de caminhão, pra levar a cana pra usina. Eu fiz o curso e hoje estou trabalhando nisto já tem dois anos. Agora ganho mais, e o trabalho é muito melhor. (cortador de cana, 44 anos)*

O entrevistado ratifica o fato destas inovações do setor sucroalcooleiro melhorar a condição de vida das famílias desta classe de trabalhadores. Além do curso de motorista, as usinas também oferecem cursos de apontador e outras funções para trabalhar no processo produtivo dentro das usinas. Isto torna-se interessante, pois os funcionários passam a ter acesso à refeitório, banheiros, e horário de café, além de outras vantagens, que não são encontradas no campo.

Neste contexto, esta população trabalhadora acaba, muitas vezes, optando em permanecer no setor sucroalcooleiro, pois tem sido uma forma de melhorar a qualidade de vida, conseguindo trabalho permanente e condições de alcançar uma mobilidade social ascendente. Afinal, as infraestruturas oferecidas na região, somado aos postos de trabalho e itens de consumo coletivo, despertam o interesse dos trabalhadores, sobretudo por encontrar, além de emprego, também educação para os filhos e outros benefícios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema capitalista permanece hegemônico no cotidiano, impondo novos ritmos e modos de produção e de consumo. Suas estratégias avançam pelos campos políticos e sociais, implementando mudanças que alteram a vida das pessoas de modo que, sob a égide neoliberal, o Estado tem, cada vez mais, se exaurido de responsabilidades sociais perante as classes trabalhadoras.

No que tange ao presente trabalho, importa destacar que tais mudanças alteraram as relações de trabalho do campo brasileiro e, de forma específica no setor sucroalcooleiro. Assim, a inserção de novas tecnologias e a demanda por capital humano qualificado têm produzido um novo contexto social para os trabalhadores deste setor, principalmente na região noroeste do Estado do Paraná, lócus da pesquisa empírica deste trabalho.

Os resultados demonstraram que a cultura canavieira nesta região é contundente e dinâmica, representando uma força motriz para a economia regional. Assim, trata-se de uma região em que o capital realizou grandes investimentos com a implantação de várias unidades produtivas na forma de usinas.

Porém, a demanda por encontrar trabalhadores dispostos às atividades rurais tem se tornado cada vez mais latente. Assim, procurando manter os trabalhadores no setor e, ao mesmo tempo, capacitando-os para as novas necessidades produtivas, muitas destas unidades de produção têm investido em cursos de capacitação e programas assistenciais para seus trabalhadores, o que deveria ser oferecido pelo Estado. No entanto, o intuito é manter condições de produção e lucratividade, mesmo que isto ocorra por meio de investimentos que permitem uma melhor qualidade de vida para esta população.

Desta forma, os relatos apresentados permitem entender que as pessoas que têm se beneficiado destas ações das usinas do setor sucroalcooleiro têm melhorado suas condições de vida e sinalizam para expectativas para com seus filhos. Afinal, o setor, como força motriz da economia regional, acaba sendo uma das principais áreas geradoras de emprego na região, mas, agora, com melhores aspirações de qualidade de vida para uma classe que, até pouco tempo, não visualizava melhores oportunidades.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BRUNHOFF, S. de **A Hora do Mercado: Crítica do Liberalismo**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

**CANASAT**: Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/>> acesso em: ago.2014.  
DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp/Icone, 1985.

DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. Trad. Manuel R. Braga, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. UNESP, Presidente Prudente, 2009, 357p.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens Da Mudança Cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral, 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HAUG, W. F. **Crítica da Estética da Mercadoria**. Trad. Erlon J. Paschoal. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

HESPANHOL, Antonio N.; COSTA, Vera M. H. M. **A importância das cooperativas no processo de modernização da agricultura paranaense**. Boletim de Geografia Teorética. Rio Claro, v 25, n 49 -50, p. 373 – 384. 1995.

**IBGE**, Censos agropecuários. 2014. Disponível em: <www.ibge.com.br> acesso em ago.2014.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. São Paulo, HUCITEC, 1981, 235p.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: as Origens de Nossa Época. Trad. Fanny Wrobel, 2ª edição, Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIBEIRO, Vitor Hugo. **O avanço do setor sucroalcooleiro do Paraná**: dos engenhos às usinas. 2008. 60 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mobilidade forçada e exploração da força de trabalho**: um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do Noroeste Paranaense. 2011. 174p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós- Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

SEVERIANO, M. F. V. **As Subjetividades Contemporâneas sob o Signo do Consumo – Os Ideais Narcísicos na Publicidade da TV: Produção e Consumo**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas: Unicamp, 1999.

THERBORN, G. A Crise e o Futuro do Capitalismo *in* SADER E. & GENTIL P. **Pós-Neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970-2000**. Maringá, Eduem, 2006, 190 p.